

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA**

**SELESTINA SILVIA HATSUMI ICHIKAWA**

**MAPEAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UMA  
EMPRESA DE ENERGIA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO**

**CURITIBA  
2013**

**SELESTINA SILVIA HATSUMI ICHIKAWA**

**MAPEAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UMA  
EMPRESA DE ENERGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão de Negócios da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> MSc Luci Ines Bassetto

**CURITIBA**

**2013**

Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Programa de Pós-Graduação  
Departamento Acadêmico de Gestão e Economia

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Por

**Selestina Silvia Hatsumi Ichikawa**

Esta monografia foi apresentada às 11h00 do dia 13 de maio de 2013 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão de Negócios, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho .....

Prof.<sup>a</sup>. MSc Luci Ines Bassetto  
UTFPR  
Orientadora

Prof. MSc Eduardo Bernardes de Castro  
UTFPR

Prof. MSc Marcos Ferasso  
UTFPR

Visto da Coordenação:

Dedico este trabalho à minha família  
que sempre me apoiou na busca do conhecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

- à Profa. M.Sc. Luci Ines Bassetto, minha orientadora, pela paciência e contribuição no processo de aprendizagem e conhecimento.
- aos pesquisadores e professores da banca examinadora pela atenção e contribuição dedicadas a este estudo.
- ao Alberto, meu esposo, pelo apoio e pela compreensão dedicados.
- a todos os professores do curso de Especialização em Gestão de Negócios pelo conhecimento compartilhado.
- a todos os colegas de sala gostaria de externar minha satisfação de poder conviver com eles durante a realização do curso.
- Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

## RESUMO

ICHIKAWA, Selestina Silvia Hatsumi. **Mapeamento do Desenvolvimento Sustentável em uma empresa de energia**. 2013. 54 f. Monografia (Especialização em Gestão de Negócios), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

Esta pesquisa tem por objetivo identificar o modelo estratégico da Companhia de Energia em que as dimensões econômicas, sociais e ambientais são inseridas para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, a abordagem nessa pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativa, em que se recorre à pesquisa bibliográfica e documental para apresentar os dados de forma descritiva. Apresenta uma abordagem teórico-conceitual sobre desenvolvimento sustentável, com foco no ambiente empresarial. Discute o conceito de sustentabilidade, bem como as suas dimensões, os princípios orientadores e as ferramentas utilizadas para assegurar o sucesso nos negócios de forma que garanta um meio ambiente equilibrado e qualidade de vida para as futuras gerações. Além disso, contextualiza as atividades inerentes às empresas de energia elétrica, e a regulamentação do setor. Complementa-se a pesquisa realizando-se a análise do Relatório Anual de Gestão e Sustentabilidade, 2011, baseado nas diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI). Constata-se que a empresa atende a totalidade das recomendações do GRI quanto aos indicadores de desempenho econômico, social e ambiental.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável, energia, diretrizes.

## ABSTRACT

ICHIKAWA, Selestina Silvia Hatsumi. **Mapping Sustainable Development in an energy company**. 2013. 54 f. Monografia (Especialização em Gestão de Negócios), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

This research presents identify the strategic model Power Company in which the economic, social and environmental conditions are inserted for sustainable development. Therefore, this research approach is qualitative and interpretative, which uses the literature and documents to present the data in a descriptive way. Presents a theoretical and conceptual model for sustainable development, focusing on the business environment. Discusses the concept of sustainability as well as its dimensions, the guiding principles and tools used to ensure success in business so ensuring a balanced environment and quality of life for future generations. Furthermore, contextualizes the activities inherent to electric utilities, and industry regulations. Complemented research by performing the analysis of the Annual Management and Sustainability, 2011, based on the guidelines of the Global Reporting Initiative (GRI). It appears that the company meets all the recommendations of the GRI performance indicators regarding the economic, social and environmental.

**Keywords:** Sustainable Development, Energy, Guidelines

## LISTA DE SIGLAS

ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimentos
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CERES	Coligação para Economias Ambientalmente Responsáveis
CES-FGV	Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
MME	Ministério de Minas e Energia
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa Ambiental das Nações Unidas,
SRI	<i>Socially Responsible Investment</i>
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1 PROBLEMAS E PREMISSAS .....	11
1.2 OBJETIVOS .....	11
1.2.1 Objetivo Geral .....	11
1.2.2 Objetivos Específicos .....	12
1.3 JUSTIFICATIVA .....	12
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	13
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	14
2.2 AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL .....	15
2.3 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA SUSTENTABILIDADE.....	17
2.3.1 Pacto Global .....	18
2.3.2 Objetivos e Metas do Milênio .....	21
2.4 FERRAMENTAS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL.....	23
2.4.1 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) .....	24
2.4.2 Governança Corporativa .....	25
2.4.3 Relatório de Iniciativas Globais .....	26
2.4.4 Indicadores de Desempenho .....	29
2.5 O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA .....	38
2.5.1 Geração de Energia Elétrica .....	41
2.5.2 Transmissão de Energia Elétrica .....	42
2.5.3 Distribuição de Energia Elétrica.....	42
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>44</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>46</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO .....	46
4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS .....	46
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na década de 1980 surgiram muitos debates em torno do ecodesenvolvimento que serviram para abrir caminho para um novo conceito de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável, para Cavalcanti (1995), Sato e Santos (1999) e Almeida (2002), consiste em conciliar atividades econômicas com a preservação ambiental.

Na concepção de Dias (2012), as empresas se viram obrigadas a fundamentar suas estratégias competitivas levando em consideração a preservação do meio ambiente, a valorização social e o respeito às normas, dentro de uma concorrência saudável para alcançar os objetivos de crescimento dentro de uma economia globalizada.

Nesse caso, a atuação dentro de uma responsabilidade social é para as empresas um meio para alcançar a sustentabilidade empresarial, que pode ser definida como a empresa que orienta a sua gestão para obter resultados positivos em termos econômicos, sociais e ambientais, conforme discutido por Barbieri e Cajazeira (2009).

Para Tinoco e Kraemer (2004, *apud* Basseto, 2007), o reconhecimento da dimensão social das empresas exige que sejam criados instrumentos de demonstração dos atos e valores relevantes para a sociedade ou para parceiros da empresa (*stakeholders*) e não apenas dos resultados econômicos e financeiros.

Conforme Strobel, Coral e Selig (2004), as empresas focavam, na década de 1990, seu planejamento de crescimento somente no fator econômico. Atualmente o planejamento de crescimento empresarial abrange um conceito mais amplo, incluindo o desenvolvimento sustentável, associando as metas de crescimento aos esforços de redução dos impactos nocivos ao meio ambiente.

É notório entre todos os pesquisadores estudados que o desenvolvimento sustentável está muito além de tratar apenas as questões ambientais, busca produzir um equilíbrio entre fatores ambientais, sociais e econômicos; como princípio básico do conceito de sustentabilidade (SAVITZ, 2007).

Para Sachs (2004), o primeiro processo para a busca de um desenvolvimento sustentado, envolve as questões econômica, social, ecológica, espacial e cultural.

Segundo Porter (1985), o desempenho das empresas é determinado pela estrutura da indústria (*structure*) e pela estratégia (*conduct*) adotada pelas empresas. O autor entende que a estratégia adotada pela empresa está diretamente relacionada ao seu desempenho direto, como também indiretamente através de sua influência sobre o mercado.

Tachizawa (2002) alerta que as organizações devem se cotizar para alcançar um bem comum entre a busca do desenvolvimento econômico e da proteção ambiental, tanto para garantir qualidade de vida no momento presente e para as gerações futuras.

Ainda nesse contexto, Tachizawa e Andrade (2008) colocam que as decisões buscando resultados econômicos satisfatórios para a manutenção e o crescimento das empresas, passam a depender cada vez mais de decisões abrangentes que considerem: a) ações que permitam a lucratividade sem danos socioambientais; b) o movimento de sustentabilidade deixou de ser um plano local ou regional e atinge esferas globais; c) as práticas socioambientais praticadas pelas organizações refletem positivamente junto aos clientes e a comunidade; d) o comportamento dos consumidores por produtos e organizações ambientalmente corretos pressionam e atingem diretamente no faturamento das empresas.

Conforme Savitz (2007), para uma empresa se manter nesse cenário de alta competitividade e alcançar o crescimento econômico, sem, contudo, deixar de lado o conceito de sustentabilidade; devem considerar as variações do mercado que são dadas pelos consumidores, que ampliaram os conceitos de exigências e deixaram de atentar somente para as questões relativas a preço e qualidade, e passaram a avaliar as práticas das empresas em relação aos empregados, governo, comunidades local, meio ambiente e sociedade nas suas decisões de compra.

Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo identificar a gestão de uma empresa orientada para obter resultados positivos em termos econômicos, sociais e ambientais. Para tanto, selecionou-se uma empresa concessionária do setor de energia elétrica localizada na região sul do Brasil.

## 1.1 PROBLEMAS E PREMISSAS

Os valores que sustentam o modelo de desenvolvimento da sociedade com ênfase somente no crescimento econômico, implicam na exploração descontrolada dos recursos naturais, no uso de recurso de tecnologia de larga escala e no consumo desenfreado, que geram desastres ecológicos, disparidades sociais e degradação ambiental.

Há vários modelos de ferramentas estratégicos para as organizações que buscam uma gestão voltada para a sustentabilidade que podem servir como orientação, inexistindo um padrão específico definido para cada atividade econômica, pois cada organização possui seu contexto.

A natureza da atividade das concessionárias de energia elétrica (geração, transmissão e distribuição de energia elétrica) impactam as dimensões econômicas (retorno do investimento), dimensões sociais (funcionários, comunidade do entorno) e dimensões ambientais (fauna e flora).

A empresa, objeto deste estudo, enquadra-se na descrição de uma concessionária de energia elétrica. As referidas dimensões precisam estar inseridas em sua estratégia de forma plena, visto que estão sujeitas à avaliação da sociedade o que indica a adoção de um modelo estratégico.

Diante disso, quais características são apresentadas no modelo estratégico da concessionária de energia elétrica no que se refere às dimensões econômicas, sociais e ambientais?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Identificar o modelo estratégico de uma Companhia de Energia Elétrica em que as dimensões econômicas, sociais e ambientais são inseridas para o desenvolvimento sustentável.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar o contexto da sustentabilidade na concessionária de energia elétrica em estudo;
- Identificar as dimensões da sustentabilidade no modelo adotado pela concessionária de energia elétrica em estudo.
- Identificar o aspecto legal e filosófico da sustentabilidade da concessionária em estudo.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A pressão exercida pela sociedade, no que tange a valorização das questões ambientais, tem provocado nas últimas décadas mudanças consideráveis no setor empresarial, que se viram obrigados a rever e modificar conceitos para atender às novas exigências legais, de mercado e da sociedade em geral.

O meio ambiente, durante muito tempo, foi visto como fonte infinita de recursos disponíveis para servir às necessidades do ser humano. Conforme Sachs (2004), a utilização desses recursos exige novas formas de planejamento, visto que são limitados e necessitam de manejos muito bem aplicados para que possa atender as necessidades futuras.

Ainda conforme o autor supramencionado, a exploração dos recursos naturais renováveis sem um planejamento estratégico, bem como a falta de adoção de medidas compensatórias para a exploração dos recursos naturais não renováveis, compromete a disponibilidade desses recursos para gerações futuras, impedindo de usufruírem dessas riquezas e de um ambiente natural em equilíbrio, comprometendo até mesmo o bem estar das pessoas e a sua qualidade de vida.

Para Alcântara (2006), as empresas precisam inserir em suas estratégias ações voltadas para a dimensão social (pessoas) e ambiental (preservação), visto que a sociedade está mais exigente e observadora quanto ao futuro do planeta, e a gestão ambiental e a responsabilidade social tornaram-se importantes instrumentos gerenciais na busca de uma maior competitividade.

Conforme Basseto (2006), as empresas concessionárias de energia elétrica também estão inseridas no contexto de gestão ambiental e responsabilidade social, buscando evitar passivos ambientais irreversíveis, tanto porque trabalha com a exploração de recursos minerais, no desvio e represamento das águas, para produção de energia; além da mudança nas paisagens pela instalação de redes de cabeamento para o transporte da energia produzida.

Diante do exposto, a escolha da empresa se deu em função da disponibilidade dos dados para pesquisa, de a companhia já acumular uma vasta experiência na aplicação da sustentabilidade para se colocar no mercado como uma empresa sustentável.

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente monografia está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução, a situação do problema, assim como o objetivo geral e o específico e a justificativa do estudo.

O capítulo 2 apresenta uma base teórica sobre desenvolvimento sustentável, as suas dimensões, os princípios orientadores e as ferramentas aplicadas neste conceito, e a caracterização da atividade do setor elétrico.

O capítulo 3 relata os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa.

O capítulo 4 apresenta o caso em estudo e os resultados obtidos.

O capítulo 5 apresenta as considerações finais e as sugestões para futuras pesquisas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável, conforme o relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, *Nosso Futuro Comum* (ou relatório de *Brundtland*) é aquele “que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991).

Consta no relatório indicações para alcançar o desenvolvimento sustentável com qualidade de vida da população, devendo eliminar ou reduzir suas principais fontes de privações como a pobreza, alimentação, habitação e proporcionar condições de acesso a empregabilidade, evitando a negligência dos serviços públicos e as carências quanto às oportunidades econômicas (CMMAD, 1991).

O termo sustentabilidade definido pelo Instituto Ethos (2012), consiste em: “assegurar o sucesso do negócio no longo prazo e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, com um meio ambiente saudável e uma sociedade estável”.

Na visão de Sachs (2008), a sustentabilidade está relacionada a melhoria na qualidade de vida, proporcionando facilidades de acesso aos benefícios de maneira planejada e racional, de forma a preservar o ambiente para as gerações futuras.

De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. Daí a necessidade de se adotar padrões negociados e contratuais de gestão da biodiversidade (SACHS, 2008, p.51)

Na visão de Savitz (2007), apesar de as empresas tratarem a sustentabilidade como estratégia econômica, produzindo ações voltadas para as causas sociais e ambientais na busca e manutenção de clientes com a visão de preservação ambiental, entendem que “empresa sustentável é aquela que gera lucro

para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com que mantém interações”.

Ainda segundo Savitz (2007), a sustentabilidade não é meramente um conceito que permite obter resultados econômicos crescentes, deve atentar para outros conceitos mais antigos da humanidade, que são o respeito pela interdependência de diferentes aspectos da vida humana com relação ao meio ambiente; onde o crescimento econômico e sucesso financeiro devem caminhar para o desenvolvimento da qualidade de vida da população, oferecendo condições para a manutenção e criação dos outros valores humanos como família, crescimento intelectual, expressão artística e desenvolvimento moral e espiritual.

Ainda segundo o autor, a sustentabilidade além de gestão do negócio, porque promove o crescimento e geração de lucros, também tem a função social de melhorias da qualidade de vida.

Com uma visão mais conservadora e realística, Barbieri e Cajazeira (2009) colocam que o movimento do desenvolvimento sustentável só alcançará seus objetivos, se houver a participação ativa de governos, empresas e sociedade civil, cada um nas suas proporções, objetivando o bem comum.

Ainda segundo os autores, uma organização para se definir como sustentável deve planejar suas ações dentro dos critérios de equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

Segundo Almeida (2007), a economia global é determinada pelos empreendimentos empresariais e o setor privado deve se considerado o principal responsável pelo destino humanidade, uma vez que no mundo moderno, a maior parcela do poder de decisões está concentrada nas administrações das grandes empresas, que desenvolveram pesquisas, produziram conhecimentos e detêm os recursos necessários para promover mudanças nos padrões de desenvolvimento.

## 2.2 AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Para Elkington (2012), formulador do conceito *triple bottom line* (TBL), a sustentabilidade está baseada em “três pilares”, sendo que o desenvolvimento

sustentável das organizações devem se basear nas questões econômicas, ambientais e sociais, para que possam manter-se competitivas no mercado.

Recusar o desafio imposto pelos três pilares é correr o risco de extinção. Esse assunto não diz respeito somente às grandes corporações: estas serão forçadas a repassar a pressão, por meio da cadeia de fornecimento, para seus grandes e pequenos fornecedores e empreiteiros. Essas mudanças vêm de uma profunda reformulação das expectativas da sociedade e, com resultado, dos que servem aos mercados local e global (ELKINGTON, 2012, p. 33).

Nesse sentido, Dias (2012) afirma que a perspectiva de desenvolvimento sustentável no meio empresarial se realiza através do conceito de *triple bottom line*, que se refere aos resultados de uma empresa que são medidos em termos econômicos, ambientais e sociais. Essas dimensões são apresentadas nos relatórios de sustentabilidade e se constituem em dados e aferições voluntárias.

O autor apresenta a definição de cada dimensão, conforme a seguir:

a) A dimensão econômica:

Essa dimensão trata do desempenho financeiro tradicional, aliada à capacidade da empresa em contribuir para o desenvolvimento econômico do local em que se encontra instalado e dos seus *stakeholders*, respeitando os princípios éticos.

b) A dimensão social:

Nessa dimensão se encontram os efeitos sociais da atividade da empresa no conjunto de seus *stakeholders*.

c) A dimensão ambiental:

Refere-se à compatibilidade entre a atividade da empresa e a proteção dos ecossistemas, ou seja, verificar o impacto da empresa e de seus produtos em relação ao consumo de recursos, de geração de resíduos, de emissões contaminantes etc.

Nesse contexto, estas três dimensões serão abordadas para efeito da realização da pesquisa em tela.

## 2.3 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA SUSTENTABILIDADE

Para Boszczowski e Teixeira (2009), o desenvolvimento sustentável deve ser tratado como um objetivo social e uma prioridade para as políticas públicas. No setor empresarial, deve ser tratado como crescimento econômico, acrescido de desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda e inovação tecnológica; através do empreendedorismo é possível alcançar desenvolvimento sustentável.

No setor público, conforme Almeida (2007), a concepção de responsabilidade socioambiental evolui e cresce ao longo do tempo, atingindo todos os setores e está sendo incluído em todos os planejamentos de desenvolvimento local, territorial e nacional; atendendo as pressões sociais.

Conforme constatou Romanini (2007), a pressão social que provocou a revisão dos conceitos ambientais, afetaram também as pequenas e médias empresas; elas viram que para sobreviver no mercado competitivo necessitariam, além de alcançar os resultados financeiros positivos, adequarem-se às novas exigências do mercado e incorporar o conceito de sustentabilidade.

Esse mercado consumidor que gradativamente está mudando de comportamento assumindo uma postura ambientalista de conservação faz pressão nas empresas que se veem obrigadas a se adaptarem às novas exigências., Conforme constatado por Campos & Alberton (2004), além das mudanças no comportamento empresarial, a pressão social também, provoca mudanças no comportamento do Governo, que por sua vez, tem criado normas legais e regulamentares mais rígidas e adequados mecanismos de controle ambiental. Forçando a mudança de conceitos, para atender as exigências legais e comerciais para que se possa manter no mercado.

Conforme Barbieri e Cajazeira (2009), atualmente há muitas iniciativas de diferentes origens e finalidades, encontradas na forma de diretrizes, normas de gestão voluntárias e outros instrumentos administrativos e operacionais que se ajustam com os movimentos da responsabilidade social empresarial e do desenvolvimento sustentável.

### 2.3.1 Pacto Global

A proposta do Pacto Global é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) de chamar para um conagraçamento a comunidade empresarial, visando atender as novas exigências da comunidade global, diante dos constantes danos ambientais, trabalhistas e dos direitos humanos, para edificar práticas sustentáveis de ação protecionista frente aos desdobramentos da globalização (PACTO GLOBAL, 2012).

Foi uma iniciativa do ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com o objetivo de motivar a comunidade empresarial para a promoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos, abordando os direitos humanos, melhorias nas relações de trabalho, equilíbrio do meio ambiente e combate à corrupção, elencado nos dez princípios descritos no quadro 1, abaixo (PACTO GLOBAL, 2012).

Esta ferramenta tem o objetivo de servir de guia às lideranças corporativas comprometidas e inovadoras para a construção de um mercado global, com oportunidade de crescimento de forma equitativa e sustentável, dentro do processo de globalização (PACTO GLOBAL, 2012).

Uma proposta de Kofi Annan, que abriu novas expectativas e perspectivas de mercado, o que foi muito bem aceita pela opinião pública internacional e logo se disseminou; agrupando sob um único tema corporações privadas, ONGs, instituições internacionais e agências da ONU, com um único propósito que é transformar os dez princípios como consenso nas práticas empresariais (PACTO GLOBAL, 2012).

O quadro 1, a seguir, relaciona os dez princípios defendidos pelo Pacto Global.

**Quadro 1 - Os Dez Princípios do Pacto Global**

<p><b>DIREITOS HUMANOS</b></p>		<p>1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; e</p> <p>2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.</p>
<p><b>DIREITOS DO TRABALHO</b></p>		<p>3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;</p> <p>4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;</p> <p>5. A abolição efetiva do trabalho infantil; e</p> <p>6. Eliminar a discriminação no emprego.</p>
<p><b>PROTEÇÃO AMBIENTAL</b></p>		<p>7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;</p> <p>8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; e</p> <p>9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.</p>
<p><b>CONTRA A CORRUPÇÃO</b></p>		<p>10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.</p>

Fonte: Adaptado de Pacto Global (2012)

Atingir o ápice dos dez princípios demanda muito esforço, dedicação e constantes cobranças dos compromissos da empresa, tanto que as mudanças começam na aceitação e no aprimoramento organizacional. As transformações são únicas para cada empresa, que deve desenvolver o seu modelo para a aplicação dos dez princípios baseados na sua estrutura e forma de ação comercial. Portanto, não existe uma fórmula pronta para obter a excelência nos resultados (PACTO GLOBAL, 2012).

As empresas ou entidades que aderem ao Pacto Global devem assumir um compromisso amplamente visível de implementação, divulgação e promoção dos Dez Princípios universais, desenvolvendo os seguintes aspectos:

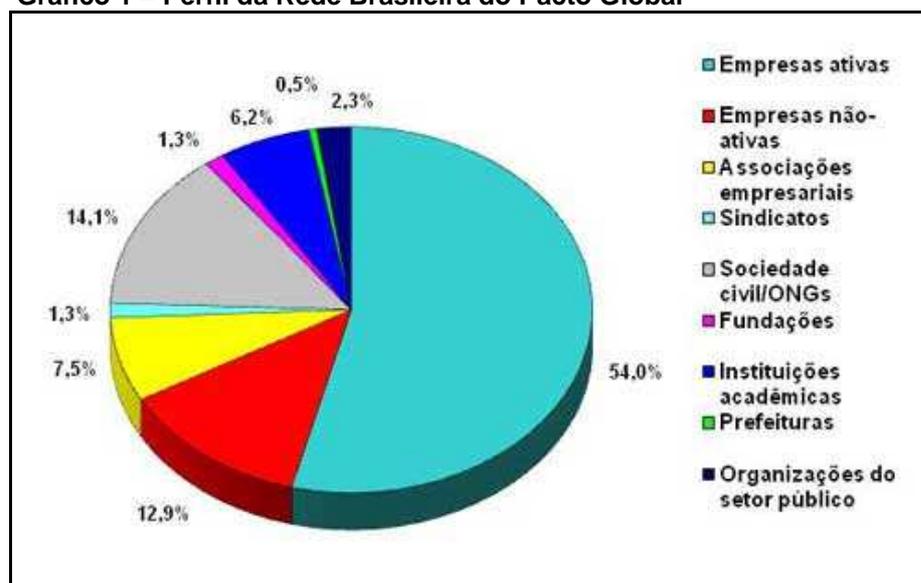
- realização de mudanças em suas atividades, de forma que o Pacto Global e seus princípios façam parte de sua estratégia, cultura e atividades diárias.
- transparência, ou seja, informar publicamente e anualmente os progressos realizados na implantação dos princípios (através da apresentação de Comunicações de Progresso).

- diálogo constante com os grupos de *stakeholders*.
- seleção de fornecedores de modo que todos aqueles que fornecem à empresa também cumpram com os princípios do Pacto (PACTO GLOBAL, 2012).

A partir do primeiro semestre de 2000, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social conduziu um processo de engajamento das empresas brasileiras ao projeto proposto pelas Nações Unidas. Nesta primeira convocação, 206 empresas aderiram ao desafio (PACTO GLOBAL, 2012).

Atualmente, no Brasil, existem 492 organizações signatárias do Pacto Global, sendo que 37 empresas são do setor de energia elétrica (PACTO GLOBAL, 2012).

**Gráfico 1 – Perfil da Rede Brasileira do Pacto Global**



Fonte: Pacto Global (2012)

O Pacto Global juntamente com a proposta dos dez princípios que objetivam a sustentabilidade do mercado globalizado, presentes nos setores públicos e privados, através de práticas corporativas positivas que buscam o desenvolvimento equitativo, serve como uma importante ferramenta da ONU para tornar realidade às metas do milênio (PACTO GLOBAL, 2012).

A Companhia de energia é signatária do Pacto Global, participante desde 2001, em que declara o compromisso com os dez princípios constantes do Pacto Global (PACTO GLOBAL, 2012).

### 2.3.2 Objetivos e Metas do Milênio

A Cúpula do Milênio foi um evento promovido pela Organização das Nações Unidas, em setembro de 2000, onde se reuniram presidentes de vários países, para tratarem sobre as principais questões que afetam o mundo no novo milênio. Desse debate, os países-membros da ONU elaboraram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), composto de oito metas com o objetivo de tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver, incluindo o objetivo maior de reduzir a pobreza extrema pela metade até 2015 (PNUD, 2012).

Dentro desse contexto, a ONU tem na sociedade civil o fator chave, para atingir as metas; atuando ativamente no delineamento de políticas públicas, na cobrança da prestação de serviços para a comunidade e no monitoramento dos desenvolvimentos dos projetos propostos (PNUD, 2012).

Caberá ao setor privado e as corporações transnacionais a responsabilidade de promover e executar ações transparentes, aliando o uso de recursos das parcerias setores públicos e privados, para melhoria na qualidade de vida da população (PNUD, 2012).

Os ODMs foram elaborados a partir da realidade global e não de contextos regionais específicos, por isso precisam ser adaptados para realidades de cada nação. Não há modelo específico que oriente para que se alcancem os objetivos, mas eles devem, porém, ser pautados por ambição, rigor, abrangência (as estratégias precisam mirar todos e não só alguns ODMs), propriedade, financiamento e monitoramento (PNUD, 2012).

O quadro 2, a seguir, traz os objetivos e as metas do milênio.

Quadro 2 - Objetivos e Metas do Milênio

OBJETIVOS	METAS
 <p><b>1</b> Erradicar a pobreza extrema e a fome</p>	<p>Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas com rendimento menor que 1 dólar <i>per capita</i> por dia.</p> <p>Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas que sofrem de fome.</p>
 <p><b>2</b> Alcançar o ensino primário universal</p>	<p>Assegurar, até 2015, que as crianças em toda a parte, concluirão curso completo de ensino primário.</p>
 <p><b>3</b> Promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres</p>	<p>Eliminar a disparidade de gênero nos ensino primário e secundário, preferencialmente até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015.</p>
 <p><b>4</b> Reduzir a mortalidade de crianças</p>	<p>Reduzir em dois terços, até 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.</p>
 <p><b>5</b> Melhorar a saúde materna</p>	<p>Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.</p>
 <p><b>6</b> Combater a Aids, malária e outras doenças</p>	<p>Parar até 2015 e começar a inverter a propagação da Aids</p> <p>Parar até 2015 e começar a inverter a incidência da malária e outras doenças principais</p>
 <p><b>7</b> Assegurar a sustentabilidade ambiental</p>	<p>Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais</p> <p>Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável à água potável e saneamento.</p> <p>Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.</p>
 <p><b>8</b> Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento</p>	<p>Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.</p> <p>Enfrentar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Inclui: acesso livre de tarifas e quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos, dentre outras metas.</p> <p>Enfrentar as necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento</p> <p>Tratar os problemas da dívida dos países em desenvolvimento.</p> <p>Desenvolver e executar, em cooperação com países desenvolvidos, estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens.</p> <p>Prover acesso, em cooperação com empresas farmacêuticas, a medicamentos essenciais e a preços comportáveis.</p> <p>Tornar acessíveis, em cooperação com o setor privado, os benefícios das novas tecnologias, em particular os da informação e comunicação.</p>

Fontes: Adaptado de IBGE (2012) e PNUD (2012)

## 2.4 FERRAMENTAS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Muitas empresas têm-se estruturado em busca de novas técnicas de gestão, visando obter diferenciais competitivos, visto o crescente aumento da complexidade dos negócios em decorrência do processo de globalização, das velocidades das inovações tecnológicas e da informação (ASHLEY, 2002).

O meio empresarial tem adotado de alguns modelos e ferramentas de gestão para obter efeitos positivos em termos econômicos, sociais e ambientais (BARBIERI e CAJAZEIRA, 2009).

Embora essas ferramentas tenham procedimentos de aplicação distinta, elas possuem o mesmo objetivo de avançar no tema, diferindo no grau de alcance e na complexidade com que tratam a questão (LOUETTE, 2008).

Há uma diversidade de instrumentos que podem ser utilizados para que as empresas possam mostrar seu desempenho em questões sociais e ambientais: princípios, códigos, diretrizes, índices, informes etc. (DIAS, 2012).

**Quadro 03 – Relação de instrumentos normativos utilizados em gestão sustentável**

OBJETIVOS	EXEMPLOS
Prover orientações processuais específicas para implementar e manter sistemas de gestão, programas e atividades, facilitando a mensuração de resultados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Norma ISO 9001</li> <li>• Norma ISO 14001</li> <li>• Norma SA 8000</li> <li>• Norma AA 1000</li> <li>• Norma OHSAS 18001</li> <li>• Norma ABNT NBR 16001</li> <li>• Norma OFNOR SD 21000</li> </ul>
Garantir a transparência da comunicação com suas partes interessadas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Balanço Social</li> <li>• Indicadores Ethos de Responsabilidade Social</li> <li>• GRI - Global Reporting Initiatives</li> <li>• ISE - Indicadores de Sustentabilidade Empresarial (Bovespa)</li> <li>• Norma ISO 14063</li> </ul>
Garantir a integração e compatibilidade entre sistemas de gestão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto Seis Sigma</li> <li>• Guia ISO 72</li> <li>• Norma ISO/TC207/TC167/N 180</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Zadek e Ligteringen (2005)

#### 2.4.1 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

As aplicações denominadas "investimentos socialmente responsáveis" ("SRI"), consideram que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais (BM&FBOVESPA, 2012).

Percebendo a demanda por esse seguimento, a BOVESPA juntamente com várias instituições - ABRAPP, ANBID, APIMEC, IBGX, IFC, Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente - criaram um índice de ações que seja um referencial ("benchmark") para os investimentos socialmente responsáveis, o ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial (BM&FBOVESPA, 2012).

O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas sob o aspecto da responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro. Para isso, o Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (CES-FGV) foi contratado e desenvolveu um questionário que parte do conceito do ("*triple bottom line*") (BM&FBOVESPA, 2012).

No questionário do ISE, além dos princípios de TBL, foram acrescentadas mais quatro dimensões que contemplam os seguintes grupos de indicadores:

- a) critérios gerais (que questiona, por exemplo, a posição da empresa perante acordos globais e se a empresa publica balanços sociais);
- b) critérios de natureza do produto (que questiona se o produto da empresa acarreta danos e riscos à saúde dos consumidores, entre outros);
- c) critérios de governança corporativa; e
- d) critérios relacionados as mudanças climáticas (BM&FBOVESPA, 2012).

Conforme relacionado a seguir, verifica-se que a empresa pesquisada, consta na sétima carteira<sup>1</sup> do índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) BM&FBovespa 2012: AES Tiete, Anhanguera, Banco do Brasil, Bicbanco, Bradesco, Braskem, BRF Brasil Foods, CCR, Cemig, Cesp, Copel, Coelce, Copasa, CPFL

---

<sup>1</sup> A sétima carteira do ISE, em vigor de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, agrupa 51 ações de 38 companhias, as quais refletem 18 setores e somam R\$ 961 bilhões em valor de mercado, o equivalente a 43,72% do total do valor das companhias com ações negociadas na BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA, 2012).

Energia, Duratex, Energias do Brasil, Ecorodovias, Eletrobras, Eletropaulo, Embraer, Even, Fibria, Gerdau, Gerdau Met, Itausa, Itau Unibanco, Light S/A, Natura, Redecard, Sabesp, Santander, Sulamérica, Suzano Papel, Telemar, Tim Part S/A, Tractebel, Ultrapar e Vale (BM&FBOVESPA, 2012).

#### 2.4.2 Governança Corporativa

O termo Governança Corporativa, conforme demonstra o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) ser fundado em 27 de Novembro de 1995, remonta à época do Brasil colônia; porém as atuais e modernas práticas de governança diferem muito do que era praticado àquela época. Governança cooperativa, como objeto de estudos científicos surgiu somente nas ultimas décadas, com a proposta incrementar os diversos níveis corporativos das empresas; não somente em épocas de crise, mas sim como um princípio basilar de sustentação e fortalecimento do meio corporativo, atuando de maneira direta e decisiva no crescimento, no desenvolvimento dos mercados de capitais, reduzindo os custos de capital associado, valorizando as ações da empresa e melhorando o desempenho operacional, na melhoria na alocação de recursos através de uma administração ativa.

sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade (IBGC, 2012).

O objetivo da Governança Corporativa é criar um conjunto eficiente de mecanismos que alinhem o comportamento dos executivos interesses dos acionistas. As principais ferramentas que asseguram o controle da propriedade sobre a gestão são o conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal (IBGC, 2012).

O Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, elaborado pelo IBGC, indica os caminhos das boas práticas de governança para que as

organizações melhorem a competitividade. O código fundamenta-se em quatro princípios: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa (IBGC, 2012).

O quarto princípio, Responsabilidade Corporativa, dispõe que conselheiros e executivos devem zelar pela continuidade das organizações e, portanto, considerar as questões de ordem social e ambiental no momento dos negócios e operações.

A ausência de conselheiros qualificados e de bons sistemas de Governança Corporativa tem levado empresas a fracassos devido a:

- Abusos de poder (do acionista controlador sobre minoritários, da diretoria sobre o acionista e dos administradores sobre terceiros);
- Erros estratégicos (resultado de muito poder concentrado no executivo principal);
- Fraudes (uso de informação privilegiada em benefício próprio, atuação em conflito de interesses) (IBGC, 2012).

Atualmente, a Governança Corporativa tem sido priorizada pela comunidade internacional (G8, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional), relacionando-a:

- a um ambiente institucional equilibrado e à política macroeconômica de boa qualidade;
- um pilar da arquitetura econômica global.
- um ambiente institucional equilibrado e à política macroeconômica de boa qualidade. (IBGC, 2012)

#### 2.4.3 Relatório de Iniciativas Globais

O Relatório de Iniciativas Globais ou *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma Organização Não-Governamental Internacional, sem fins lucrativos, criada no final dos anos 90, pela parceria entre a Coligação para Economias Ambientalmente Responsáveis (CERES) e o Programa Ambiental das Nações Unidas (PNUMA), com sede em Amsterdã na Holanda, cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, utilizadas

voluntariamente por empresas do mundo todo, em que se incluem o meio ambiente, a sociedade e a economia (GRI, 2012).

Conforme Savitz (2007) e o Instituto Ethos (2012), o GRI foca as suas atividades no desenvolvimento de um padrão de relatório que alinhe os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações a um nível equivalente às práticas de relatórios financeiros, buscando comparabilidade, credibilidade, rigor, periodicidade e legitimidade da informação.

As Diretrizes estabelecidas pelo GRI constituem uma estrutura para que as empresas possam elaborar seus relatórios anuais sobre o desempenho econômico, ambiental e social: a) apresentam princípios específicos sobre a elaboração de relatórios de sustentabilidade; b) ajudam organizações a apresentar uma visão completa e equilibrada de seu desempenho econômico, ambiental e social; c) facilitam a compatibilidade de relatórios de sustentabilidade, levando em conta os aspectos práticos da divulgação de informações por parte de organizações dos mais variados tipos; d) ajudam a estabelecer padrões de referência (benchmarking) e a avaliar o desempenho de sustentabilidade relativo a códigos de conduta, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias; f) servem como um instrumento facilitador da participação das partes interessadas (GRI, 2012).

Mesmo diante dessas recomendações, os relatórios de sustentabilidade das empresas não necessitam seguir rigidamente as Diretrizes do GRI, tanto porque elas não são um conjunto de princípios de conduta, um padrão de desempenho ou um sistema de gestão, nem sequer oferecem instruções sobre a elaboração dos sistemas internos de gestão de dados ou sistemas de relatório para uma organização, nem tão pouco uma metodologia para se preparar relatórios, nem para monitorá-los ou verificá-los; trata apenas de proposições para o alcance do desenvolvimento sustentável global (GRI, 2012).

Conforme Savitz (2007), aproximadamente 50% dos indicadores GRI são quantitativos e se expressam numericamente; e a outra parte restante é qualitativa, que demanda a descrição de normas, procedimentos e impactos.

O autor acrescenta que os indicadores quantitativos envolvem dificuldades técnicas, como definição, coleta e verificação de dados, e a unificação em um único documento as informações extraídas de departamentos dispersos em diversas áreas geográficas. Já os indicadores qualitativos buscam respostas verbais que tendem a ser mais subjetivas, mas exigem raciocínio cuidadoso, definições claras e

consistentes das atividades relevantes da empresa e, principalmente, neutralidade no tratamento das informações que reflitam visão imparcial e honesta.

Segundo Machado Filho & Zylbersztajn (2004), cabe ao gestor a atribuição ética de respeitar os direitos e promover o bem estar, entre seus clientes, fornecedores, funcionários, acionistas e a comunidade local.

Na visão de Gonçalves & Batista (1998), a questão está ligada mais a um processo de conscientização e ética das empresas do que exatamente uma obrigação legal, de adotar esta ou aquela política de publicação de um relatório demonstrativo, que tem a finalidade de publicitar as atividades ambientais da empresa.

O GRI apresenta orientações para que as organizações possam estruturar os Relatórios. Entre estes, destacam-se os princípios que visam assegurar a qualidade das informações relatadas, possibilitando aos *stakeholders* realizarem avaliações de desempenho consistentes e justas, e adoção de medidas adequadas. Os princípios determinados pelo GRI para a elaboração dos Relatórios têm como foco:

- equilíbrio: o relatório deverá apresentar aspectos positivos e negativos;
- comparabilidade: relatar as informações de modo que os *stakeholders* possam analisar as mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo;
- exatidão: as informações precisas e detalhadas permitem que os *stakeholders* avaliem o desempenho da organização relatora;
- periodicidade: o relatório é publicado regularmente e as informações são disponibilizadas a tempo para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentadas;
- clareza: as informações deverão estar disponíveis de uma forma que seja compreensível e acessível aos *stakeholders* que fizerem uso do relatório.
- confiabilidade: as informações e processos usados na preparação do relatório deverão ser coletados, registrados, compilados, analisados e divulgados de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações (GRI, 2012).

Os indicadores de desempenho do GRI apresentam-se de forma hierárquica, por categoria, aspecto e indicador, e agrupados nas três dimensões de

sustentabilidade: econômico, ambiental e social. Cada categoria inclui informações sobre a forma de gestão e um conjunto correspondente de indicadores de desempenho essenciais e adicionais (GRI, 2012).

Os indicadores essenciais são aqueles que apresentam duas características: são relevantes para a maioria das organizações relatoras e são importantes para a maioria das partes interessadas. A organização deverá relatar os essenciais, exceto se demonstrarem não estar alinhados aos princípios; quanto aos adicionais, representam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras (GRI, 2012).

Conforme Savitz (2007) é possível afirmar que a organização pode ser qualificada “em conformidade” com as diretrizes do GRI diante do fornecimento de informações a todos os indicadores, mesmo que explicadas com omissões.

#### 2.4.4 Indicadores de Desempenho

##### 2.4.4.1 Indicadores de desempenho econômico

Os quadros 4, 5 e 6, a seguir, apresentam os indicadores econômicos, ambientais e sociais de sustentabilidade, os quais estão identificados em essenciais e adicionais, bem como a localização no Relatório de Gestão 2011 da Companhia.

Os indicadores enquadrados na dimensão econômica (denominados EC), quadro 4, ilustram os impactos da organização sobre as condições econômicas das partes interessadas e sobre os sistemas econômicos como um todo, ou seja, nível local, nacional e global (GRI, 2012).

**Quadro 4 - Indicadores de desempenho econômico**

<b>Aspecto: Econômico</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	3.7 e 4.9
	EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.	2.15
	EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	4.9
	EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo.	4.4 e 4.6
<b>Aspecto: Presença no mercado</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Adicional</b>	EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	4.9
<b>Essencial</b>	EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	4.8
	EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.	4.9
<b>Aspecto: Impactos Econômicos Indiretos</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono.	4.1 e 4.3
<b>Adicional</b>	EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	4.5

Fonte: adaptados do GRI, 2012 e do Relatório 2011 da Companhia.

#### 2.4.4.2 Indicadores de desempenho ambiental

Os indicadores da categoria ambiental (denominados EN), quadro 5, referem-se aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não vivos, ecossistemas, terra, ar e água. Compreende, também, o desempenho relacionado a insumos (material, energia, água), a produção (emissões, efluentes, resíduos) e os gastos com o meio ambiente (GRI, 2012).

Continua...

Quadro 5 - Indicadores ambientais

<b>Aspecto: Materiais</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	EN1	Materiais usados por peso ou volume.	5.3.4; 5.5.1; 5.5.6
	EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	5.5.1
<b>Aspecto: Energia</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	5.5.2
	EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	5.5.2
<b>Adicional</b>	EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.	5.3.5
	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.	5.11
	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	5.5.1
<b>Aspecto: Água</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	EN8	Total de retirada de água por fonte.	5.5.1
<b>Adicional</b>	EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	5.5.1
	EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	5.5.1
<b>Aspecto: Biodiversidade</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	5.9; 5.9.1 e 5.9.2
	EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	5.9.1

Continua...

Adicional	EN13	Habitats protegidos ou restaurados.	5.1.2; 5.2.3 e 5.2.5
	EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	5.9.1
	EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	5.1.2; 5.2.4; 5.9.3 e 5.9.5
<b>Aspecto: Emissão, Efluentes e Resíduos</b>			<b>Localização no Relatório</b>
Essencial	EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso.	5.5.1
	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa, por peso.	5.5.2
Adicional	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e as reduções obtidas.	5.5.1; 5.5.2
Essencial	EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	5.5.7
	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	5.5.4
	EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	5.5.1 e 5.5.7
	EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	5.6
	EN23	Número e volume total de derramamentos significativos.	5.8
Adicional	EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.	5.6

## Conclusão

<b>Adicional</b>	EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.	5.5.1 e 5.5.7
<b>Aspecto: Produtos e Serviços</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	5.1
	EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	não aplicável
<b>Aspecto: Conformidade</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.	5.1.5
<b>Aspecto: Transporte</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Adicional</b>	EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte dos trabalhadores.	5.13
<b>Aspecto: Geral</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Adicional</b>	EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	6

Fonte: adaptados do GRI, 2012 e do Relatório 2011 da Companhia.

#### 2.4.4.3 Indicadores de desempenho social

Os indicadores de desempenho social referem-se aos impactos da organização nos sistemas social em que atua. Apresentam-se identificados em aspectos referentes a práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto (GRI, 2012)

Continua...

Quadro 6 - Indicadores sociais

<b>Aspecto: Emprego</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	LA1	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	4.9
	LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região.	4.9
<b>Adicional</b>	LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminado pelas principais operações.	4.9
<b>Aspecto: Relações entre os Trabalhadores e a Governança</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	4.9
	LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento será especificado em acordos de negociação coletiva.	4.9
<b>Aspecto: Segurança e Saúde no Trabalho</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	4.9
	LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdido, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.	4.9
	LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	4.9
	LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	4.9
<b>Aspecto: Treinamento e Educação</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	LA10	Média de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminadas por categoria funcional.	Não relatado.

Continua...

Essencial	LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.	4.9
	LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.	Não relatado
<b>Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>			<b>Localização no Relatório</b>
Essencial	LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	4.9 e 8
	LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.	4.9
<b>Práticas de Investimento e de Processos de Compra</b>			<b>Localização no Relatório</b>
Essencial	HR1	Percentual e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	4.8
	HR2	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	4.8
Adicional	HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.	4.2
<b>Aspecto: Não Discriminação</b>			<b>Localização no Relatório</b>
Essencial	HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.	2.8
<b>Aspecto: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva</b>			<b>Localização no Relatório</b>
Essencial	HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	1.8 e 4.9
<b>Aspecto: Trabalho Infantil</b>			<b>Localização no Relatório</b>
Essencial	HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.	4.8

Continua...

<b>Aspecto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.	4.8
<b>Aspecto: Práticas de Segurança</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Adicional</b>	HR8	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.	4.7
<b>Aspecto: Direitos Indígenas</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Adicional</b>	HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.	4.4
<b>Aspecto: Comunidade</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	S01	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.	4.5
<b>Aspecto: Corrupção</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	S02	Percentual e número total de unidade de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.	2.8
	S03	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	2.8
	S04	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	2.8
<b>Aspecto: Políticas Públicas</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	S05	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	4.4
<b>Essencial</b>	S06	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	não aplicável.
<b>Aspecto: Concorrência Desleal</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	S07	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.	não aplicável

Continua...

<b>Aspecto: Conformidade</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	S08	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.	5.1.5
<b>Aspecto: Saúde e Segurança do Cliente</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	4.7
<b>Adicional</b>	PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.	Não há controle
<b>Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	Não aplicável.
<b>Adicional</b>	PR4	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	Não aplicável.
	PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	4.7
<b>Aspecto: Comunicações de Marketing</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Essencial</b>	PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	4.9
<b>Adicional</b>	PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	Não identificados.
<b>Aspecto: Privacidade do Cliente</b>			<b>Localização no Relatório</b>
<b>Adicional</b>	PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	4.9

Conclusão

Aspecto: Conformidade			Localização no Relatório
Essencial	PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	5.1.5

Fonte: adaptados do GRI, 2012 e do Relatório 2011 da Companhia

## 2.5 O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

O período inicial do surgimento da indústria elétrica brasileira é caracterizado pela ausência de uma legislação específica. Os serviços de eletricidade, da geração à distribuição, eram regidos pelos atos de concessão e pelos contratos correspondentes entre os concessionários e o poder público, que poderia ser representado tanto pelo governo federal quanto pelos governos estaduais (PINTO JUNIOR, 2007).

A intervenção do governo federal ocorreu com a edição do Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934, conhecido como o Código de Águas. Por meio desta lei, o Estado iniciou o processo de regulamentação e o controle das atividades do setor elétrico. (PINTO JUNIOR, 2007)

O Código, no artigo 143, trouxe as seguintes condições para os aproveitamentos de energia hidráulica:

Art. 143 – Em todos os aproveitamentos de energia hidráulica serão satisfeitas exigências acauteladoras dos interesses gerais:

- a) da alimentação e das necessidades das populações ribeirinhas;
- b) da salubridade pública;
- c) da navegação;
- d) da irrigação;
- e) da proteção contra as inundações;
- f) da conservação e livre circulação do peixe;
- g) do escoamento e rejeição das águas.

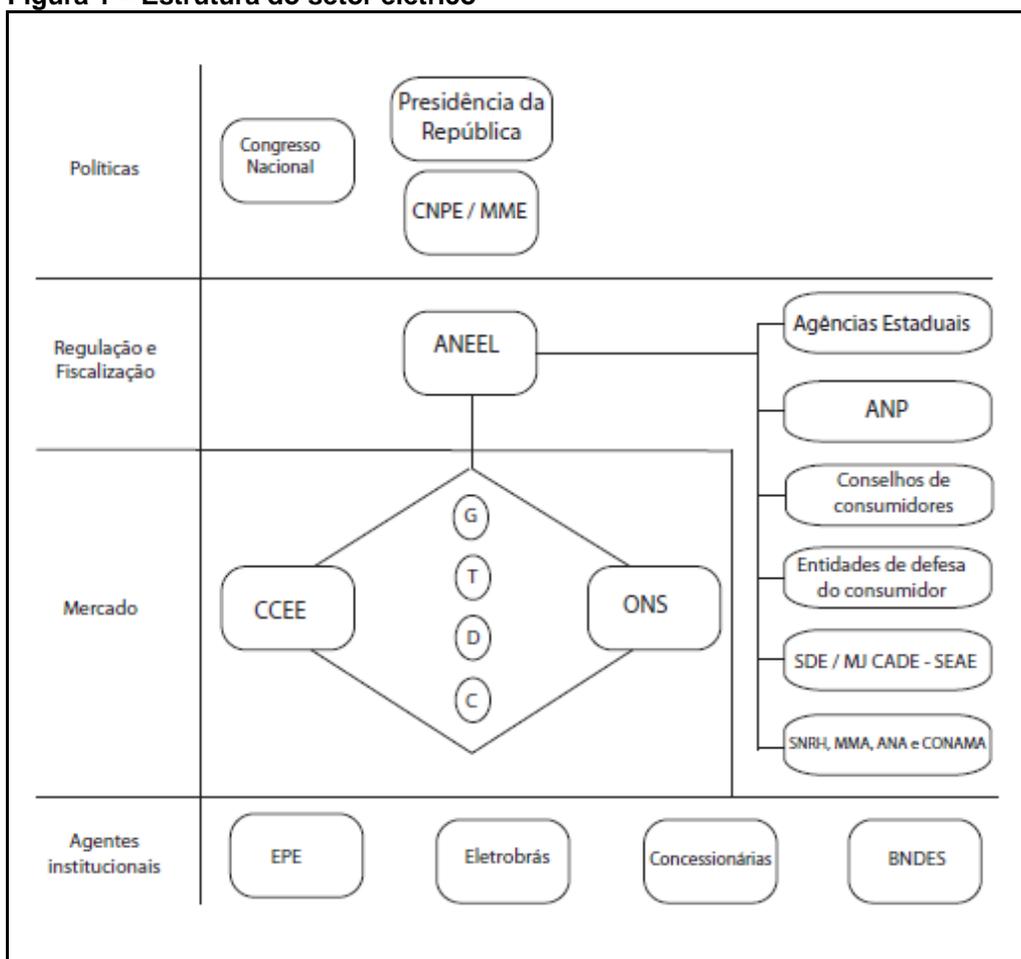
A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada em 1997, foi instituída para estimular o desenvolvimento do mercado de energia elétrica no Brasil, atender os interesses do Estado, da sociedade e dos agentes de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia (ANEEL, 2012).

Algumas das principais atribuições da ANEEL, conforme constam na lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e no decreto 2.335, de 06 de outubro de 1997, são:

- Regular a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica;
- Fiscalizar, diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e os serviços de energia elétrica;
- Implementar as políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração da energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos;
- Estabelecer tarifas;
- Mediar, na esfera administrativa, os conflitos entre os agentes e entre esses agentes e os consumidores;
- Por delegação do governo federal, promover as atividades relativas às outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica.

O diagrama a demonstra a estruturação do setor elétrico.

**Figura 1 – Estrutura do setor elétrico**



Fonte: Adaptado do Atlas de Energia Elétrica (MME, 2012).

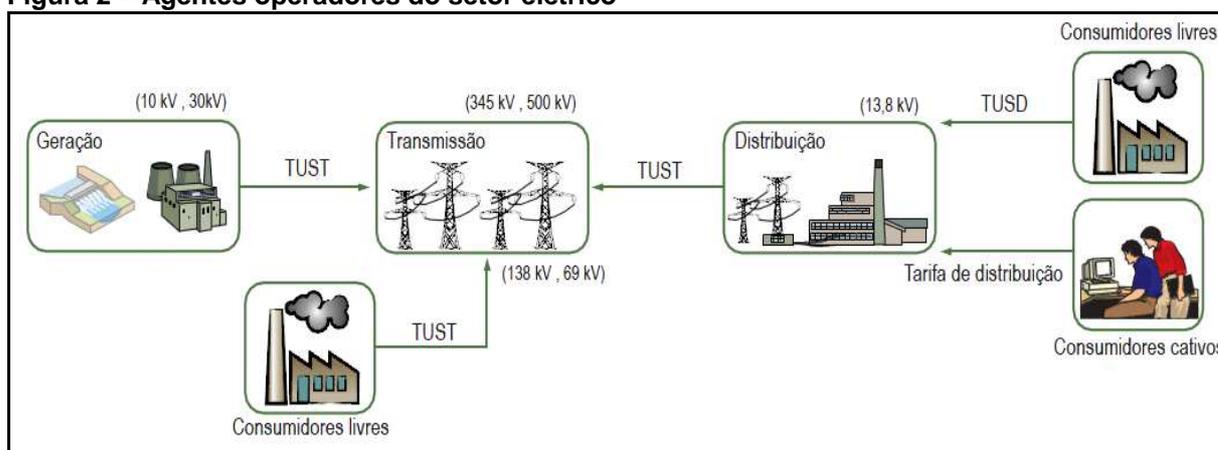
As empresas de energia elétrica, por se enquadrar como serviço público, encontram-se regulamentado pela lei 8.987/85 a qual dispõe que esses serviços têm de atender prioritariamente ao interesse público, através da prestação de um serviço adequado que satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas.

Pinto Junior (2007), afirma que “não existe nenhuma fonte de energia que não cause algum tipo de impacto ambiental”.

Segundo Sales (2011), construir usinas que gerem energia elétrica necessária com custo reduzido e que gere menor impacto socioambiental é o desafio para garantir o crescimento econômico e social do país visto que não há respostas fáceis nem fórmulas automáticas.

Os agentes do setor elétrico pode ser observada na Figura 2.

**Figura 2 – Agentes operadores do setor elétrico**



Fonte: Atlas de Energia Elétrica (MME, 2012)

### 2.5.1 Geração de Energia Elétrica

A energia elétrica produzida no Brasil é resultado da transformação de outras fontes de energia disponíveis na natureza ou manipuladas quimicamente para gerar energia, essas fontes são chamadas de fontes primárias (MME, 2012).

No Brasil quase 70% da energia elétrica tem procedência de usinas hidrelétricas que demandam de vultosos empreendimentos para serem produtivas (MME, 2012).

Todas as etapas para a implantação de uma usina, dos estudos para desenvolvimento do projeto à operação, são autorizadas e/ou fiscalizadas pela ANEEL e órgãos ambientais em níveis federal, estadual e municipal (MME, 2012).

A implantação de grandes projetos de infraestrutura, por exemplo a construção de hidrelétricas, deve ser planejada considerando a escala de abrangência desses projetos sobre o território em questão (MME, 2012).

Além dos impactos ambientais devido a mudança da paisagem, pela formação de lagos de represamento das águas, desmatamentos, destruição e transformações dos habitats das espécies endêmicas, há também as mudanças antrópicas devido ao surgimento de assentamentos humanos para mão-de-obra na edificação de toda infraestrutura e também a remoção de assentamentos já existentes, causando impactos irreversíveis à comunidade que se vê obrigada a mudar de lugar e até mesmo de região (STIPP, 1999).

A energia elétrica é um produto não estocável, portanto necessita de empreendimentos com capacidade de produção maior que a capacidade de consumo, desenvolvimento de novas tecnologias de produção e transmissão, além de desenvolver trabalhos de conscientização com objetivo maximizar o uso consciente de energia, com a finalidade de evitar “apagões” (PINTO JUNIOR, 2007).

### 2.5.2 Transmissão de Energia Elétrica

O segmento de transmissão é responsável pela implantação e operação da rede que liga as usinas (fontes de geração) às instalações das companhias distribuidoras localizadas junto aos centros consumidores (tecnicamente chamados de centros de carga). A rede de transmissão de energia elétrica no Brasil alcançou, ao final de 2010, os 100 mil km de extensão (MME, 2012).

A grande extensão da rede de transmissão deve-se pela configuração do segmento de geração que é constituído, na maior parte, de usinas hidrelétricas instaladas em localidades distantes dos centros consumidores (MME, 2012).

Os segmentos obtiveram as concessões ao participar de leilões públicos promovidos pela Aneel, são responsáveis pela implantação e operação da rede que liga as usinas (fontes de geração) às instalações das companhias distribuidoras localizadas junto aos centros consumidores (MME, 2012).

### 2.5.3 Distribuição de Energia Elétrica

O mercado de distribuição de energia elétrica compõe-se de 63 concessionárias, que atendem mais de 61 milhões de unidades consumidoras. O controle acionário dessas companhias pode ser estatal (controle acionário federal, estadual e/ou municipal) ou privado (MME, 2012).

A conexão e atendimento ao consumidor, independentemente do seu porte, são realizados pelas distribuidoras de energia elétrica. Os direitos e obrigações

dessas companhias são estabelecidos no Contrato de Concessão celebrado com a União para a exploração do serviço público em sua área de concessão – território geográfico do qual cada uma delas detém o monopólio do fornecimento de energia elétrica (MME, 2012).

O cumprimento dos Contratos de Concessão e as atividades desenvolvidas são estritamente regulados e fiscalizados pela Aneel que busca assegurar ao consumidor, o pagamento de um valor justo e o acesso a um serviço contínuo e de qualidade e garantir à distribuidora o equilíbrio econômico-financeiro necessário ao cumprimento do Contrato de Concessão (MME, 2012).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem nessa pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativa, em que se recorre à pesquisa bibliográfica e documental para apresentar os dados de forma descritiva.

Conforme discorre Gil (1999), uma pesquisa qualitativa e interpretativa não requer o uso de métodos matemáticos e técnicas estatísticas; cabe ao pesquisador a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados que representam a relação dinâmica entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

A pesquisa qualitativa é predominantemente descritiva, ainda segundo o autor, visa descrever as características de fenômeno ou estabelecer relações entre as variáveis. Demanda o uso de metodologia específica de padronização da coleta de dados, levantamentos e análise comparativa.

A escolha do objeto de análise recai basicamente sobre a disponibilidade da informação e o interesse do pesquisador pelo fenômeno a ser pesquisado, caracterizados pelos parâmetros de acessibilidade e de conveniência.

Esta pesquisa definiu como objeto de estudo os dados relatados no Relatório de Gestão e Sustentabilidade de uma empresa estatal de energia no estado do Paraná. Esse relatório foi escolhido por representar uma das ferramentas de sustentabilidade, publicado por empresas que se apropriam legalmente das diretrizes do GRI para preparar seus relatórios de sustentabilidade, visando demonstrar ao público as suas ações referentes ao desempenho social, ambiental e econômico das organizações.

As seguintes fontes de pesquisa foram utilizadas: a) informações públicas coletadas nos relatórios e *websites* da empresa; b) *websites* de instituições ligada ao tema como: GRI, Instituto Ethos, ISE Bovespa, entre outros.

A coleta se deu no período de 2012 e considerou-se para análise do objeto de estudo o Relatório de Gestão 2011, elaborado com base nos indicadores da Global Reporting Initiative (GRI, 2012), o qual se utiliza das dimensões econômicas, ambientais e sociais como elementos essenciais da sustentabilidade empresarial.

Com base no Relatório Anual de Gestão e Sustentabilidade 2011 da empresa, foi realizada comparação entre os procedimentos de determinado indicador listados nas Diretrizes do GRI com as informações constantes no Relatório. A localização das informações foi facilitada devido a existência da matriz que relaciona todo o conteúdo e as respostas, conforme proposto pelo GRI.

Reconhece-se que a elaboração do Relatório, em conformidade com o GRI, ser predominantemente qualitativa, inviabiliza afirmar o grau de sustentabilidade da empresa.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Esta seção objetiva levantar quais indicadores e informações que se encontram divulgados no último relatório de sustentabilidade (2011), a fim de compreender como a empresa entende a questão da sustentabilidade e o que faz para atingi-la.

A empresa objeto de estudo foi criada em outubro de 1954, atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, além de telecomunicações, com controle acionário do Estado do Paraná.

O seu capital foi aberto ao mercado de ações em abril de 1994 (BM&FBOVESPA) e listada como a primeira do setor elétrico brasileiro na Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1997. Ingressou em junho de 2002 na *Latibex* – o braço latino-americano da Bolsa de Valores de Madri, consolidando sua marca na Comunidade Europeia. Em maio de 2008, as ações da Companhia passaram a integrar oficialmente o Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA.

O mercado consumidor atendido pela Companhia é de 4.009.281 unidades situadas em 396 municípios paranaenses, distribuídos em: 3,1 milhões de lares, 84 mil indústrias, 326 mil estabelecimentos comerciais e 376 mil propriedades rurais.

### 4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Em levantamento realizado no sítio da Companhia, verifica-se que a sua gestão sustentável está alicerçada nos valores expressos no referencial estratégico corporativo, nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e nos Princípios do Pacto Global da ONU. Para isso, a Companhia utiliza-se do modelo *do Global Reporting Initiative* - GRI para a divulgação de seus compromissos com a sustentabilidade.

Conforme esclarecido nas Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade do GRI, retomamos a explicação sobre os termos relacionados neste estudo conforme a seguir:

- a) Indicadores de Desempenho – referem-se às informações comparáveis sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização.
- b) indicadores essenciais – são aqueles que refletem o impacto econômico, ambiental e social da organização ou influenciam as decisões dos *stakeholders*.
- c) indicadores adicionais – são os que apresentam uma ou mais das seguintes características: i) é uma prática tradicional de medição econômica, ambiental ou social, embora atualmente usada por poucos relatores; ii) fornecem informações relevantes para as partes interessadas e particularmente importantes para a entidade relatora; iii) são considerados válidos para testes adicionais como futuros indicadores.

Diante disso, o presente estudo considerou as informações que constam no sumário do GRI, as quais foram averiguadas se possuem correspondência no contexto do Relatório de Gestão e Sustentabilidade da empresa. Para isso, foi elaborado um quadro, conforme seção 2.4.4, listando todos os indicadores propostos pelo GRI.

Conforme o levantamento técnico realizado do relatório da empresa pesquisada, constatou-se que houve a adoção de todas as categoriais (econômico, social e ambiental), conforme recomendados pelo GRI.

Para os Indicadores de desempenho econômico (seção 2.4.4.1), o GRI relaciona nove indicadores econômicos, dentre os quais sete são considerados essenciais (EC1, EC2, EC3, EC4, EC6, EC7 e EC8) e dois indicadores considerados adicionais (EC5 e EC9). Em seu relatório, a empresa relata que faz uso todos os indicadores citados.

O GRI propõe trinta Indicadores de desempenho ambiental (seção 2.4.4.2), dos quais, dezessete são considerados essenciais (EN1, EN2, EN3, EN4, EN8, EN11, EN12, EN16, EN17, EN19, EN20, EN21, EN22, EN23, EN26, EN27, EN28) e treze são considerados indicadores adicionais (EN5, EN6, EN7, EN9, EN10, EN13, EN14, EN15, EN18, EN24, EN25, EN29, EN30). A empresa expõe que utiliza 16 indicadores ambientais considerados essenciais e justifica que um indicador (EN27) não é utilizado, pois ela considera que não está sujeito à categoria. Em relação aos

treze indicadores considerados adicionais, a Companhia informa que todos são aplicados.

De acordo com a seção 2.4.4.2, sendo uma empresa que apresenta todos os indicadores de desempenho ambiental, pode-se aferir que o tema proteção ambiental é tratado com muita seriedade o que demonstra que possui um compromisso com as futuras gerações, investindo em novas tecnologias e em aplicações das recomendações de proteção ambiental, sem, contudo deixar de trabalhar o crescimento econômico e sustentável da empresa.

Em relação aos indicadores de desempenho social (seção 2.4.4.3), o GRI dispõe aspectos de desempenho referentes a práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto, dos quais 24 indicadores são considerados essenciais (LA1, LA2, LA4, LA5, LA7, LA10, LA13, LA14, HR1, HR2, HR4, HR5, HR6, HR7, S01, S02, S03, S04, S05, S08, PR1, PR3, PR6, PR9) e 15 indicadores considerados adicionais (LA3, LA6, LA9, LA11, LA12, HR3, HR8, HR9, S06, S07, PR2, PR4, PR5, PR7, PR8). A empresa justifica que não utiliza os seguintes indicadores:

- LA10 E LA12: não é relatado devido ao processo de implantação do novo sistema de gerenciamento de recursos humanos;
- S06: não aplicável devido a impedimento legal;
- S07; PR3 e PR4: não aplicável à empresa, visto que não se enquadra ao seu perfil.
- PR2: não há controles que fundamentam a utilização do indicador.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi identificar o modelo estratégico da Companhia de Energia em que as dimensões econômicas, sociais e ambientais são inseridas para o desenvolvimento sustentável. Para isso, alguns objetivos específicos tiveram que ser atingidos.

Primeiro, houve a contextualização do conceito de desenvolvimento sustentável para melhor compreensão da sua aplicabilidade no ambiente empresarial. Em seguida foram identificados os princípios, as dimensões e as ferramentas da sustentabilidade. Para compreensão da atividade, descreveu-se a estruturação do setor elétrico e a regulamentação a que está sujeita.

A empresa pesquisada apresenta como plataforma, o Pacto Global e os Objetivos do Milênio, visto que a orienta na definição das estratégias gerenciais sustentáveis e a mantém competitiva no mercado em que está inserida.

Verificou-se que existem várias ferramentas de sustentabilidade que diferem no grau de alcance e na complexidade de elaboração, mas elas objetivam o mesmo fim: obter o diferencial competitivo. Assim, foram relacionadas algumas dessas ferramentas que as empresas podem adotar para tornarem-se reconhecidas como empresas inseridas no contexto da sustentabilidade: o ISE, a Governança Corporativa e o GRI.

Por fim, buscou-se identificar, com base no Relatório Anual de Gestão e Sustentabilidade 2011, da empresa pesquisada, os indicadores de desempenho nas dimensões econômico, ambiental e social adotados pela empresa na estratégia de gerencial. Através dos levantamentos realizados, afirma-se que a companhia pode ser qualificada “em conformidade” com as diretrizes do GRI visto que ela aplica quase a totalidade dos indicadores essenciais e adicionais de desempenho econômico, ambiental e social do GRI, e justifica os itens que considerou não aplicável à atividade.

No estudo pode-se constatar que a empresa enquadra-se como sustentável, visto que se declara signatária do Pacto Global, atende aos critérios do ISE, divulga seus impactos econômicos, ambientais e sociais conforme o GRI, ou seja, utiliza-se de formas estratégicas para cumprir esse fim.

Com base na análise realizada neste estudo, recomenda-se para futuros trabalhos estudos referentes aos impactos ambientais, sociais e econômicos que a instalação de uma usina hidrelétrica promove em seu entorno.

## REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. **Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial de 2002**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=160>>. Acesso em 01 nov. 2012.
- ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2002.
- ASHLEY, Patrícia Almeida. **Gestão Ecocêntrica e Consumo Responsável: desafios para a responsabilidade social corporativa**. In: Second World Congress of the International Society of Business, Economics and Ethics. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~patiagpucurio>>. Acesso em: 11 nov. 2012.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BASSETO, Luci Ines. **A sustentabilidade empresarial: um estudo baseado no relatório de uma concessionária de energia**. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Tecnológica Federal do Estado do Paraná, Campus Ponta grossa, 2007.
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS BOVESPA S. A. – BM&FBOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>>. Acesso em 01 nov. 2012.
- BOSZCZOWSKI, A. K.; TEIXEIRA, R. **O empreendedorismo sustentável e o processo empreendedor: em busca de oportunidades de novos negócios como solução para problemas sociais e ambientais**. In: Encontro da ANPAD, 33, São Paulo. Anais... São Paulo: Anpad, 2009.
- BRASIL. LEI 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8987cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987cons.htm)>. Acesso em: 01 nov. 2012.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia - MME. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/setor-eletrico>>. Acesso em 01 nov. 2012.
- CAMPOS, L. M. S; ALBERTON, A. et al. **Implementação de sistemas de gestão ambiental (SGA) para pequenas empresas: uma réplica dos modelos tradicionais?**

In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD; 2004, Curitiba. Anais... Curitiba, Anpad 2004.

CAVALCANTI, Clovis. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez Editora, 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum (Relatório Brundtland)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Companhia Paranaense de Energia - COPEL. **Relatório de Gestão e Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/index.jsp>>. Acesso em: 01 set. 2012

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade social**: fundamentos e gestão. São Paulo: Atlas, 2012.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M.Books do Brasil Editora Ltda, 2012.

Foundation for the Global Compact. O Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). **O Que é o Pacto Global?**. Disponível em: <<http://www.unglobalcompact.org/Languages/portuguese/index.html>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Eugênio Celso. BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral**. 4 ed. São Paulo: editora Atlas, 1998.

Global Reporting Initiative (GRI). **Elaboração de relatórios de sustentabilidade**. <<https://www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/Elabora%C3%A7%C3%A3o-de-relat%C3%B3rios-de-sustentabilidade.aspx>>. Acesso em 02 out. 2012.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 29 out. 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Objetivos de desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/lista\\_objetivos.html](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/lista_objetivos.html)>. Acesso em 01 nov. 2012.

INSTITUTO ETHOS. **O Compromisso das Empresas com as Metas do Milênio**. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/metas\\_do\\_milenio.pdf](http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/metas_do_milenio.pdf)>. Acesso em 01 nov. 2012.

INSTITUTO ETHOS. **Relatório de Sustentabilidade GRI**. Disponível em: <[http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1400/o\\_instituto\\_ethos/o\\_uniethos/o\\_que\\_fazemos/cursos/relatorio\\_gri/relatorio\\_de\\_sustentabilidade\\_gri.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1400/o_instituto_ethos/o_uniethos/o_que_fazemos/cursos/relatorio_gri/relatorio_de_sustentabilidade_gri.aspx)>. Acesso em 02 out. 2012.

LOUETTE, Anne (Org.). **Gestão do conhecimento: compêndio para a sustentabilidade**: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. São Paulo: WHH, 2008.

MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro; ZYLBERSZTAJN, Décio. **A Empresa Socialmente Responsável**: o debate e as implicações. RA USP - Revista de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 242-254, jul. /set. 2004

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MILSTEIN, Mark B; HART, Stuart L. **Criando valor sustentável**. In: GV-EXECUTIVO, vol.3, n.2, maio-jul. 2004. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/gv-executivo/vol3-num2-2004/criando-valor-sustentavel>>. Acesso em: 26 set. 2012.

PINTO JUNIOR, Helder Queiroz (Org.). **Economia da Energia**: Fundamentos Econômicos, Evolução Histórica e Organização Industrial. Elsevier. Rio de Janeiro, 2007.

PORTER, Michael E. **Competitive Strategy**: Techniques for Analyzing Industries and Competitors, New York: The Free Press, 1980.

PORTER, Michael E. **Competitive Advantage: Creating and Sustaining Competitive Performance**, New York: The Free Press, 1985.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Objetivos do Milênio**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em 09 nov. 2012.

ROMANINI, Vinícius. **O valor da Sustentabilidade**. São Paulo: Abril. Revista Exame pequenas e médias empresas. Jul.-Ago. 2007. Ed.9

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

SALES, Claudio J. D. **Energia e meio ambiente, parceria que gera desenvolvimento**. Revista Brasileiros de Raiz. Agosto / Setembro 2011. pp.35-38. In: INSTITUTO ACENDE BRASIL. Disponível em: <[http://www.acendebrasil.com.br/archives/files/20110901\\_BrasileirosRaiz.pdf](http://www.acendebrasil.com.br/archives/files/20110901_BrasileirosRaiz.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2012.

SAVITZ, Andrew W; WEBER, Karl. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SATO, Michele. & SANTOS, José Eduardo dos. **Agenda 21 em sinopse**. São Carlos, Ed. da UFSCAR, 1999.

SILVA, V. G. **Avaliação da sustentabilidade de edifícios de escritórios brasileiros**: diretrizes e base metodológica. 2003. 210 f.. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) Departamento de Engenharia de Construção Civil, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

STIPP, Neusa Aparecida Freres (Org). **Análise Ambiental Usinas Hidrelétricas: Uma Visão Multidisciplinar**. Londrina: UEL, 1999.

STROBEL, J. S.; CORAL, E.; SELIG, P. M. **Indicadores de sustentabilidade corporativa**: uma análise comparativa. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 28., Curitiba, 2004, Anais...Curitiba: ANPAD, 2004. CD-ROM.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão socioambiental**: estratégias na nova era da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.